

EDITORIAL

A Revista História & Perspectivas apresenta, neste número, o dossiê *História e Literatura*, composto por nove artigos, além de outros sete artigos com temas variados, além de duas resenhas. Com isso esperamos atingir uma variada gama de interesses entre pesquisadores, professores e discentes.

Gêmeas e indistintas nos primeiros tempos, a diferenciação entre História e Literatura ocorreu lentamente, num processo de especialização e singularização em que essas duas disciplinas ganharam autonomia como campos específicos do conhecimento. No entanto, a separação não eliminou as características comuns, já que ambas compartilham a pretensão de “dizer o mundo”, de expressar, relatar, interpretar e conhecer as experiências humanas, em suas múltiplas versões, cada qual com suas linguagens, métodos e pressupostos específicos. É neste solo comum – as experiências do homem fazendo e vivendo a sua história – que a História e a Literatura vão buscar suas referências e nele se integram, tornando-se parte da própria compreensão que o homem elabora sobre suas experiências.

Se formos acompanhar os debates sobre as fronteiras entre História e Literatura e as dúvidas que os seus limites suscitaram ao longo do tempo, certamente localizaremos na Antiguidade Clássica um dos momentos importantes para a questão, quando a teorização da arte ganha corpo com a construção dos paradigmas aristotélicos sobre história e poesia. É bem conhecida a distinção que Aristóteles faz entre o ofício do poeta e o do historiador: ao primeiro caberia a tarefa de representar o que poderia acontecer, segundo os códigos da verossimilhança e da necessidade; ao segundo, narrar o que aconteceu. E o seu corolário, segundo o qual a poesia – a literatura – refere-se ao universal, enquanto a história se contenta com o particular, com o contingente.

A demarcação de fronteiras entre arte e história – ou história e literatura – estabeleceu uma antítese que criou inúmeros obstáculos para o diálogo entre ambas, que se fizeram sentir nas

elaborações das teorias literárias e historiográficas, ancoradas nos pressupostos de ficção e verossimilhança, verdade e fato. Essas fronteiras indicam um movimento que oscila entre o fechamento e a abertura, dependendo do lugar em que os escritores e seus públicos colocavam a linha divisória entre história e ficção. Se, durante muito tempo, as transgressões a esta linha divisória eram frequentes, isso reforça, para o historiador, a necessidade de observar como cada cultura tratava essas questões, pois o que consideramos, na atualidade, como uma narrativa ficcional, os leitores e/ou escritores de outras épocas poderiam considerar como “história” ou vice-versa.

Pensar a Literatura como algo mais filosófico e elevado do que a História – posto que expressaria o universal e o que deveria ser, imitando a realidade sensível, enquanto a História é o particular e expõe o que é, o que já aconteceu e, portanto, está na dependência dos vestígios do passado que sobreviveram e aos quais o historiador tem acesso – é retornar às ideias aristotélicas sobre poesia e história, sobre verdade e ficção e, ao mesmo tempo, reafirmar a singularidade de ambas, demarcando posições. No limite, a demarcação de posições se expressaria na afirmação de que à literatura estaria reservada a tarefa de exprimir o verossímil, e à história o verdadeiro.

Partimos do pressuposto de que História e Literatura são formas de conhecimento do mundo e que, embora próximas, não se confundem. Para além das “experimentações” e teorizações que se fizeram, tentando diluir e borrar completamente as fronteiras, permanece a questão básica de que ao historiador não é dada a liberdade de “criar” ou “inventar” com “naturalidade” as noções do acontecido e sua localização no espaço e no tempo, alterando-as amplamente e, portanto, “inventando” outra historicidade, outro contexto para o tema. Essa liberdade, própria do literato, está limitada no trabalho do historiador. O conceito de documento ampliou-se, permitindo que o historiador lance mão de tudo aquilo que ele julgar pertinente para analisar a sociedade. Se não estamos mais no reino positivista, com sua concepção reducionista de documento, nem por isso o historiador pode

prescindir das “evidências”, pois a questão da “verdade” e da “objetividade” na história passa, necessariamente, pela relação que se estabelece com as fontes.

Ao representar as preocupações, preconceitos e, também, as utopias; as concepções, crenças e visões de mundo; as linguagens; personagens e cenários em que se movimentam, a literatura diz muito sobre a época em que foi produzida e torna o mundo – as experiências humanas – mais expressivo. É fonte para o historiador. No vasto campo de estudos que se abre ao pesquisador que se volta para as múltiplas relações e interfaces entre História e Literatura, os artigos publicados neste dossiê exploram as possibilidades que a narrativa ficcional apresenta como fonte documental importante.

Enquanto o trabalho apresentado por Maria do Rosário da C. Peixoto, que abre este dossiê, propõe uma reflexão sobre “os caminhos da narrativa histórica e suas relações com a literatura, buscando a superação da oposição aristotélica entre verdade e mentira [o que] não significa igualar os campos da história e da literatura, mas considerá-los diferentes formas de apreensão de dimensões igualmente diferentes da realidade”, Javier Blank, em instigante artigo, faz uma leitura do Livro I do *Das Kapital* (O Capital), de Karl Marx, e do romance *As intermitências da morte*, de José Saramago, trazendo “para a imaginação teórica, no atual momento de crise estrutural do capital, a imaginação romanesca de Saramago”.

O trabalho de Beatriz de Moraes Vieira, ao analisar “o ‘Jornal de Poesia’ publicado dentro do *Jornal do Brasil*, em 1973”, toma o poema como fonte “que permite observar como a história foi então sentida e percebida”. Investigando “o que significava aquele surto poético no contexto da ditadura civil-militar vigente no país, em meio a seu momento mais repressivo”, sua análise aponta para “o teor traumático da relação poesia-história naquele contexto” e constitui importante contribuição para a compreensão de formas e linguagens de resistência à ditadura.

Ao revisitar a obra *Facundo: civilização e barbárie*, de Sarmiento, o artigo de Leandro J. Nunes parte da perspectiva

de que essa obra é parte integrante “das disputas para a construção do Estado-Nação na Argentina” e, como tal, apresenta, juntamente com outras obras do século XIX, “um conjunto de idéias, estereótipos, imagens e símbolos que se fixaram numa espécie de episteme presente na construção das histórias e literaturas nacionais”. A antinomia civilização e barbárie recobre as concepções de projetos de Estado, nação e sociedade e, portanto, as definições dos sujeitos que constituiriam o corpo da nação desejada. Já o artigo de Ely Souza Estrela pretende apontar “as fronteiras e porosidades entre o testemunho e a memória, a história e a literatura, o oral e o escrito e, ao mesmo tempo, o estilo irônico, satírico e chistoso” ao analisar a obra *64: Um prefeito, a revolução e os Jumentos (A fábula do presidenciável Salém)*, do escritor e político Euclides Teixeira Neto.

A leitura do romance *Inocência*, de Visconde de Taunay, realizada por Fernando C. Gil, retoma um tema clássico na historiografia e na literatura brasileira: “a presença do homem livre pobre [...] e sua figuração como personagem em trânsito conflitivo entre o mundo rural e urbano”, enquanto as poesias de Gonçalves de Magalhães são o tema do trabalho de Marcelo de Mello Rangel. Ao discutir a pretensão de Magalhães de que era tarefa da poesia “civilizar os homens e mulheres da *boa sociedade*”, o autor analisa os significados atribuídos pelos Românticos ao próprio ofício do poeta que se coloca como construtor de uma nova ordem fundada no “amor à pátria”, na valorização do bem comum, o que teria como pressuposto a superação do “egoísmo” individual.

A experiência de viver no mundo urbano do século XIX e como isso aparece na literatura fantástica de Poe é o tema de José Luís de Oliveira e Silva, que analisa o conto *O Coração Denunciador*. Os caminhos teóricos e metodológicos seguidos pelo autor procuram não se deterem “apenas em questões que oscilam entre o ‘meio’, a ‘vida’ e a ‘obra’ do escritor”, mas, para perceber os entrelaçamentos do diálogo proposto por Poe com “com subjetividades então em jogo no momento de sua escritura”, a atenção “recairá sobre a estrutura e os artifícios

narrativos do texto”, entendendo a “linguagem [...] como elemento histórico e estruturador da experiência dos homens no tempo”.

Investigar as “imagens literárias” de Chica da Silva no romance de Agripa Vasconcelos, tendo como eixo o conceito de representação, é o objetivo do trabalho coletivo de Regina Célia L. Caleiro e Vinícius A. Nascimento. A análise procura perceber como “a escrita masculina constrói e recria a mulher e todo o seu espaço de vivência segundo os seus desígnios, descrevendo-a contraditoriamente, ora estereotipada, ora idealizada”.

A seção de artigos diversos apresenta um conjunto de trabalhos que, de alguma maneira, se relacionam com as experiências de vida de trabalhadores(as) brasileiros(as) nos séculos XIX e XX, em diferentes espaços. Assim, Artur J. R. Vitorino, ao tomar como objeto de estudo a cidade do Rio de Janeiro durante as décadas de 1850 a 1880, analisa “as possibilidades históricas de existência de mercado de trabalho livre em uma economia mercantil urbana que foi capaz de produzir riqueza e reproduzir miséria em meio à escravidão”. Deivy F. Carneiro estuda os conflitos e experiências cotidianas relacionadas à moradia, à propriedade e ao trabalho em Juiz de Fora, enquanto Sheille S. de Freitas toma como objeto as memórias e lutas de trabalhadores na cidade de Uberlândia e Vanessa M. de Gouveia apresenta o estudo sobre as narrativas e experiências constitutivas de memórias da participação social no movimento dos Sem Teto em Florianópolis.

Completam esta seção os artigos de Osvaldo S. F. Júnior, que discute o envio de negros da Bahia para lutarem na Guerra do Paraguai, analisando “a participação desses homens no conflito, as estratégias utilizadas pelo governo provincial para mobilizá-los, a maneira como a população baiana reagiu a essas atividades e as ideias que nortearam o pensamento desses homens em relação à ida para a guerra”. O pensamento de Sílvio Romero é objeto de análise de Milena da S. Pereira, que procura perceber a “leitura que esse autor fez da sociedade brasileira a partir da literatura nacional”. O oportuno trabalho de Astrogildo F. da S. Júnior, que se propõe estudar as questões referentes ao ensino de História,

identidades e consciência histórica de jovens estudantes em uma escola rural, completa esta seção.

Apresentamos, também, duas interessantes resenhas: o trabalho de Heloisa H. P. Cardoso, que comenta a obra de Alessandro Portelli, *Ensaio de História Oral*, recentemente publicado pela Letra e Voz e o trabalho de Horacio M. H. Zapata, comentando o livro de Claudia Torre, *Literatura en tránsito. La narrativa expedicionaria de la Conquista del Desierto*, publicado na Argentina em 2010.

Esperamos ter contribuído, com este número da Revista História & Perspectivas, para suscitar as reflexões e os debates sobre o ofício do historiador, suas fontes, suas possibilidades de abordagens, reafirmando os diálogos com outros campos do conhecimento, notadamente com a Literatura. Agradecemos a colaboração dos autores e desejamos uma boa leitura.

Leandro José Nunes